



UNIMED SANTA MARIA RS
Cooperativa de Assistência a Saúde Ltda
Rua Gaspar Martins, 1482 - CEP 97.060-260 - Santa Maria/RS
Telefone (55) 3026.6565 – CNPJ 87.497.368/0001-95
www.unimed.com.br/santamaria

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Expressas em R\$ 1,00)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed Santa Maria é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social a congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A Entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País. A sociedade conta com 771 médicos associados, 01 estruturas de meios próprios, Hospital Geral Unimed, serviço de Medicina Preventiva, serviço de Saúde Ocupacional, SOS, Serviços de Quimioterapia, Atendimento Domiciliar, 121 entidades credenciadas, sendo 16 hospitais, 51 clínicas, 32 laboratórios e 22 radiologias/outros, além de participar da rede de atendimento do Sistema Unimed Nacional. Sua área de ação abrange os municípios de Agudo, Cacequi, Capão do Cipó, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguarí, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Restinga Seca, Santa Margarida do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Gabriel, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Unistalda, Vila Nova do Sul e Santa Maria, onde está localizada sua sede administrativa.

A Unimed Santa Maria está registrada como operadora de planos de saúde junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 31970-8.

NOTA 02 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A cooperativa atua na comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Valor Determinado - Pré-Pagamento e Prestação de Serviços, a serem atendidos pelos médicos cooperados e rede credenciada, visando o seu desenvolvimento e a melhoria das condições socioeconômicas e ainda divulgando e promovendo a educação cooperativista dos seus membros cooperados.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a legislação societária (Lei 5.764/71 – Sociedades Cooperativas), os pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, conforme plano de contas estabelecido pela RN 435/2018 e alterações vigentes. A cooperativa também atendeu os quesitos da ITG 2004, na formatação das demonstrações financeiras. O Conselho Federal de Contabilidade editou a Norma Brasileira de Contabilidade 10.21, que estabelece normas de registros e apresentação das Demonstrações Financeiras das Cooperativas Operadoras de Planos de Saúde, de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2003, sendo que para cumprimento dessa norma, a Unimed Santa Maria elaborou a Demonstração de Sobras e Perdas.

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) foi elaborada mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN 435/2018 e alterações vigentes, com a reconciliação do Lucro Líquido com



o Caixa Líquido obtido das atividades operacionais de acordo com a NBC TG 03 aprovada pela resolução 1.296/10 do Conselho Federal de Contabilidade.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2020, de forma a permitir a comparabilidade.

Trata-se de Demonstrações Financeiras individuais e encontram-se apresentadas em moeda corrente nacional – denominada de Real, tendo sido autorizado sua elaboração pelo Conselho de Administração em 26 de janeiro de 2022.

3.2 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Cooperativa na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Regime de Escrituração

Adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Reconhecimento das Receitas

As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, nos termos da NBC TG 30, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e de conformidade com o que estabelece a RN 418/16 da ANS.

Em 2020 a Operadora atendeu ao que foi determinado pela ANS (Comunicado nº 85, de 31/08/2020), que estabeleceu a suspensão da aplicação das parcelas dos reajustes de planos de saúde por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária, no período de Setembro a dezembro de 2020, as quais não foram aplicadas para fins de cobrança, mas emitidas em cumprimento ao regime de competência, sendo registrados tais valores de acordo com a orientação sobre a contabilização emitida pela ANS em 08/10/2020 e com previsão para serem cobrados somente em 2021 em 12 parcelas mensais (Comunicado nº 87 de 26 de novembro de 2020).

ANS – nº 31970/8

Conta Contábil/especificação	2021	2020
Valor suspenso de cobrança em 2020 (Saldo conta 1239110881)	125.624	4.319.548
Planos Individuais/Familiares	91.176	1.196.966
Planos Coletivos Adeão / Empresarial	34.448	3.122.582
Valor total da Receita de contraprestação (preestabelecido)	249.238.959	236.067.031
% de contraprestação que será cobrado em 2022	0,05%	1,83%



c) Disponibilidades e Aplicações

Estão representadas por recursos em caixa, depósitos bancários e aplicações de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações estão representadas por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, bem como está de acordo com o valor da realização.

d) Ativos circulantes e não circulantes

Estão demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e ajuste a valor presente.

e) Provisão para perdas sobre créditos

Está calculada com base nos critérios legais dispostos na RN 290, atualizado pela RN 418/2016 e a RN 435/2018 e alterações da RN 430/17 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais prejuízos na realização das referidas perdas, sendo constituída provisão para perdas sobre créditos conforme os parâmetros estabelecidos no Capítulo I da referida instrução.

f) Estoques

Os estoques existentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão avaliados pelo preço médio de compra.

g) Investimentos

São registrados ao custo de aquisição.

h) Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição, construção ou avaliação corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustados a valor de mercado, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

O imobilizado a ser mantido e utilizado na consecução de suas finalidades, é revisto para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

i) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e são amortizados geralmente levando em conta a sua utilização efetiva.

Programas de computador (softwares) - Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Entidade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.



j) Provisão de Eventos/ Sinistros a Liquidar

As despesas a liquidar com operações de assistência à saúde foram estimadas com base nos eventos ocorridos e notificados à Entidade por seus cooperados, rede própria de intercâmbio e rede de prestadores credenciados, sendo recebidos e liquidados observando-se um cronograma pré-estabelecido.

k) Passivos circulantes e não circulantes

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, incluindo, quando aplicável, os respectivos encargos e o ajuste a valor presente.

l) Atos Cooperativos

Os atos cooperativos se dividem em principais, relativos às operações exclusivamente com os médicos cooperados e serviços próprios. Os atos auxiliares se referem às operações para execução de serviços auxiliares ao trabalho do médico cooperado.

m) Provisões Para Férias

Os direitos adquiridos relativos a férias e seus encargos sociais estão provisionados entre as obrigações sociais e trabalhistas.

n) Compartilhamento de Risco – Demonstrações 2021 – RN nº 446/2019

A Operadora manteve os registros da corresponsabilidade de acordo com a RN nº 430 no exercício de 2021 considerando como intercâmbio habitual os atendimentos realizados que foram informados nos relatórios extraídos das movimentações dos arquivos entre as Unimed's (arquivo PTU) como atendimento habitual.

A segregação da escrituração contábil dos lançamentos da corresponsabilidade, para atender o normativo vigente, conforme quadros para demonstrativos:

Contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência Médico-Hospitalar (grupo 31171)	Corresponsabilidade Cedida em preço	
	Pré-estabelecido	
	2020	2021
1 – Cobertura Assistencial com preço preestabelecido	10.570.854	14.031.074
1.1 – Planos Individual/Familiares Antes da Lei	652.387	839.839
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	1.546.563	1.059.951
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	-	-
1.4 -Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	4.662.579	7.064.749
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	3.709.325	5.066.535



Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados de assistência a saúde médico Hospitalar (grupo 411)	Carteira Própria (Beneficiários da Operadora)		Corresponsabilidade Assumida (Beneficiários de outras operadoras)	
	2020	2021	2020	2021
	1 – Cobertura Assistencial com preço preestabelecido	161.594.754	211.267.694	
1.1 – Planos Individual/Familiares Antes da Lei	3.035.179	4.514.559		
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	34.260.482	40.715.906		
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	1.796.741	1.940.265		
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	84.855.310	112.653.120		
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	37.647.042	51.443.844		
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
2.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei			63.791.511	83.106.585
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei				
Total			63.791.511	83.106.585

o) Critério de Rateio da Rede assistencial própria

A Operadora mantém recursos assistenciais próprios nos quais realiza atendimentos de beneficiários de planos de saúde próprios, de outras operadoras e atendimentos de prestação de serviços. No ano de 2021 efetivou uma movimentação de R\$ 88.448.128,20 (2020 – 73.893.657,96) utilizando sua rede constituída de (Hospital, Pronto Atendimento e Atendimento Domiciliar). Na operação 72,05% e R\$ 63.724.026,24 (2020- 69,89% e R\$ 51.646.015,14) de seus custos foram direcionados para atendimentos de beneficiários de seus planos de saúde tendo precificado os valores a partir de tabela referenciada para atendimentos cobrados no intercâmbio e efetuou a revalorização para distribuir o total de seus gastos sobre todos os atendimentos.

NOTA 04 - APLICAÇÕES

As aplicações financeiras são representadas por títulos de renda fixa privados, registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, conforme segue:

Descrição	2021	2020
Aplicações Garantidoras de provisões técnicas	32.562.021	28.771.411
Aplicações Livres	74.259.315	93.193.578
Total	106.821.336	121.964.989

NOTA 05 – CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O saldo dos Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde compõe-se de:

Descrição	2021	2020
Faturas A Receber	8.118.477	5.699.158
Mensalidades A Receber	1.670.759	2.584.987
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos	-1.102.767	-3.957.530
Total	8.686.469	4.326.615



NOTA 06 – CRÉDITOS DE OPERAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADAS PLANOS SAÚDE DA OPERADORA.

Os saldos correspondentes aos Créditos Operacionais de Prestação de Serviços de Assistência a Saúde compõem-se de:

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas A Receber	2.602.581	5.333.076
Intercâmbio a Receber	992.074	696.057
Outros Créditos Operacionais De Prestação De Serviço	1.567.300	1.446.160
Total	5.161.955	7.475.293

NOTA 07 – BENS E TÍTULOS A RECEBER

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Descrição</u>	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Adiantamentos	226.251	200.233
Outros Créditos A Receber	2.066.251	2.082.267
Resultado Fundo de Assistência ao Cooperado	3.086.410	3.557.567
Estoque	5.868.463	4.401.911
Cheques e Ordens A Receber	12.500	20.109
Total	11.259.875	10.262.087

NOTA 08 – CONTA CORRENTE COM COOPERADOS

Saldos compõem-se de:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Descrição</u>	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Conta-Corrente Com Cooperados	173.369	221.659
Total	173.369	221.659

NOTA 09 – ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Saldos correspondentes a “Depósitos Judiciais e Fiscais” compõem-se de:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Descrição</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Depósito Judicial Eventos/Sinistros/Civeis/Multa/ANS	1.429.948	1.866.689
Depósito Judicial Pis S/Fat – Aca	832.595	825.073
Depósito Judicial Pis S/Fat – Acp	4.479.454	4.225.871
Caixa Econômica Federal S/A	5.078	4.989
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	20.829	44.198
Total	6.767.904	6.966.820



Os depósitos judiciais e recursais estão atualizados até 31/12/2021 e envolvem ações questionando a cobrança de PIS, Trabalhista, Cobertura contratual e outros. A ação relativa ao PIS sobre Faturamento ACP está sendo discutida em última instância.

NOTA 10– INVESTIMENTOS

Os investimentos são representados por:

Descrição	2021	2020
Unimed Operadora RS - Quota Capital	14.756	14.756
Central Nacional Unimed	475.347	452.280
Unimed/Rs - Quota Capital-Dif.Ipc/Btnf	2.511	2.511
Unicred Santa Maria	3.836.095	3.341.555
Sicredi Santiago	36.381	35.117
Sicredi – Coop.Cred.Rural Sta.Maria Ltda	88.589	85.224
Sicred - Silveira Martins	42.074	29.835
Sicredi-Coop.Cred.Rural São Gabriel-Sudoeste	10.471	10.276
Unimed Seguradora	16.707	16.707
Unimed Seguradora S/A-Dif Ipc/Btnf	6.605	6.605
Unimed Central Serviços Auxiliares	121.230	121.230
Unimed Participações	311.943	311.949
Servicred-Unimed Nordeste	10	10
ADESM - Agencia de Desenvolvimento de Santa Maria	24.000	24.000
Unimed RS Federação Coop. RGS - Quota Capital	529.919	526.877
CRT	39.447	39.447
Total	5.556.089	5.018.379

As variações nas participações societárias verificadas no exercício de 2021 decorrem de integralizações e de capitalizações dos resultados das sociedades investidas.

NOTA 11 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é composto como segue:

Descrição	2021				2020
	Taxa	Custo	Depec	Valor	Valor
	Deprec	Corrigido	Acum	Residual	Residual
Terrenos	-	4.658.861	0	4.658.861	4.658.861
Edificações	1,50%	9.641.016	-1.333.072	8.307.944	6.689.694
Imóveis De Uso Próprio Hospitalares		14.299.877	-1.333.072	12.966.805	11.348.555
Terrenos		388.266	0	388.266	388.266
Edificações	4,00%	2.208.988	-1.165.894	1.043.094	1.126.132
Imóveis De Uso Próprio Não Hospitalares		2.597.254	-1.165.894	1.431.360	1.514.398
Bens Atendimento Domiciliar	10,00%	117.416	-92.799	24.617	31.795
Equipamentos e Utensílios Médicos	20,00%	8.756.777	-6.369.888	2.386.889	2.160.875
Ambulâncias	33,33%	912.035	-800.937	111.098	177.743
Bens Móveis Hospitalares		9.786.228	-7.263.624	2.522.604	2.370.413
Instalações	10,00%	694.426	-643.829	50.597	74.645
Equipamentos De Comunicação	10,00%	201.225	-117.768	83.457	87.063
Equipamentos De Informática	20,00%	3.834.253	-2.891.867	942.386	558.483
Móveis E Utensílios	10,00%	4.780.432	-2.846.552	1.933.880	1.019.926
Veículos	20,00%	65.106	-56.447	8.659	15.980
Imobilizações Em Curso	-	144.162		144.162	1.144.094
Bens Móveis Não Hospitalares		9.719.604	-6.556.463	3.163.141	2.900.191
Direito De Uso Linha Telefônica		1.000	0	1.000	1.000
CAIS-Centro Atenção Integral a Saúde		971.081	-871.973	99.108	293.325
Benfeitorias Imóveis de Terceiros		8.100.569	-67473	8.033.096	185516
Outras Imobilizações		9.072.650	-939.446	8.133.204	479.841
Total Imobilizado		45.475.613	- 17.258.499	28.217.114	18.613.398

A Operadora em observância as Normas Contábeis, promoveu recentemente a avaliação do seu ativo de uso próprio hospitalar (edificações), e conforme Laudo Técnico de avaliação emitido o mesmo foi avaliado em R\$ 21.546.943, não existindo perdas a serem reconhecidas.

Quadro resumo de movimentações do Imobilizado



	AQUISIÇÕES	BAIXAS	TRANSF	DEPREC	SALDO RESIDUAL	
					31/12/2021	31/12/2020
Terrenos	-	-	-	-	4.658.861	4.658.861
Edificações	1.742.067	-	-	123.817	8.307.944	6.689.694
Imóveis de Uso Próprio Hospitalares/Odontológicos	1.742.067	-	-	123.817	12.966.805	11.348.555
Terrenos	-	-	-	-	388.266	388.266
Edificações	-	-	-	83.038	1.043.094	1.126.132
Imóveis de uso próprio não hospitalares	-	-	-	83.038	1.431.360	1.514.398
Bens Atendimento Domiciliar	-	2.500	-	4.678	24.617	31.795
Equipamentos e Utensílios Médicos	1.037.528	-130.538	-	680.976	2.386.889	2.160.875
Veículos	-	-154.888	-	88.243	111.098	177.743
Bens Móveis hospitalares	1.037.528	-287.926	-	597.411	2.522.604	2.370.413
Instalações	-	-	-	24.048	50.597	74.645
Equipamentos De Comunicação	18.861	- 7.622	-	14.845	83.457	87.063
Equipamentos De Informática	639.172	- 89.388	-	165.881	942.386	558.483
Móveis E Utensílios	1.140.226	- 61.468	-	164.803	1.933.880	1.019.925
Veículos	-	-	-	7.321	8.659	15.980
Imobilizações Em Curso	920.203	-	- 1.920.135	-	144.162	1.144.094
Bens Móveis Não Hospitalares	2.718.462	-158.478	- 1.920.135	- 376.898	3.163.142	2.900.191
Direito De Uso Linha Telefônica	-	-	-	-	1.000	1.000
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	9.052.927	-	- 1.137.874	- 67.473	8.033.096	185.516
Cais- Centro Atenc.Integral saúde	-	-	-	194.217	99.108	293.325
Outras Imobilizações	9.052.927	-	- 1.137.874	- 261.690	8.133.204	479.841
Total Imobilizado residual	14.550.984	-446.404	- 3.058.009	- 1.442.854	28.217.115	18.613.398

NOTA 12 – INTANGÍVEL

O ativo intangível é composto como segue:

Descrição	Tx	2021			2020
	Amort		Amortiz	Liquido	Liquido
	%	Custo	Acum	Residual	Residual
Direito de uso software	20	808.738	-786.121	22.617	31.610
Total Intangível		808.738	-786.121	22.617	31.610

Quadro resumo de movimentações do Intangível

	AQUISIÇÕES	BAIXAS	TRANSE	AMORTIZ	SALDO RESIDUAL	
					31/12/2021	31/12/2020
Direito de Uso Software	--	-	-	-8.993	22.617	31.610
Total Intangível	:-	:-	:-	-8.993	22.617	31.610

NOTA 13 – PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

As provisões técnicas de Operações de Assistência à Saúde estão a seguir demonstradas:

Descrição	2021	2020
Provisões de Prêmio / Contraprestação Não Ganha	986.093	911.393
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar	16.478.803	13.838.999
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados	15.076.601	8.911.137
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados – SUS	360.166	756.872
Total	32.901.663	24.418.401



Provisão de eventos ocorridos e não avisados - É calculada nos termos da RN 393/2015 e suas atualizações e na Nota Técnica Atuarial aprovada pela ANS em 31/05/2012 através do ofício 926/2012, renovada em 23/07/2013 através do ofício 2949/2013.

Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados do SUS – PEONA SUS, referente à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à OPS, está regulamentada pela RN nº 393 de 9/12/2015 da ANS e suas alterações. Devido à operadora não possuir metodologia atuarial, foi observado para cálculo da PEONA SUS, o disposto no Anexo VIII da referida norma. O valor disponibilizado pela ANS para a data base de 31/12/2021 é de R\$ 360.166,66. As Garantias Financeiras mínimas a serem vinculadas sobre as Provisões Técnicas, de acordo com a RN 392/15 e suas atualizações são suficientes para lastrear todas as provisões técnicas exigidas.

Provisão de Evento/Sinistros a Liquidar – Refere-se a operações de assistência à saúde relacionados com consultas, honorários médicos, exames e demais despesas assistenciais, apresentando a seguinte composição:

	2021	2020
Cooperados a Pagar	4.093.079	3.237.818
Prestadores a Pagar	6.894.020	5.986.104
Corresponsabilidade Assumida -Intercâmbio a pagar	4.456.688	3.497.245
Intercâmbio a Pagar	165.415	162.917
Sistema Único de Saúde – SUS	869.601	954.915
Total	16.478.803	13.838.999

NOTA 14 – DÉBITO COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS A PLANOS DE SAÚDE

A Cooperativa mantém débitos a liquidar com operações de assistência à saúde não relacionados a planos de saúde com consultas, honorários médicos, exames e demais despesas, apresentando a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Fornecedores de Serviços Médicos Cooperados	797.842	724.262
Fornecedores de Serviços Credenciados	1.444.731	1.540.112
Total	2.242.573	2.264.374

NOTA 15 – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

A Cooperativa mantém tributos e encargos sociais a recolher decorrentes de suas operações apresentando a seguinte composição:

Descrição	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ISSQN À Pagar	146.160		144.946	
INSS A Recolher	792.630		671.515	
PIS S/Fla. Pagamento	40.496		34.216	



Contribuição Sindical A Recolher	1.076		1.076	
FGTS A Recolher	247.059		207.924	
COFINS A Recolher	9.690		24.998	
PIS A Recolher	2.393		4.762	
IRRF Funcionários (0561)	312.123		227.344	
IRRF Terceiros (0588)	1.616.512		2.800.505	
IRRF Terceiros (1708)	71.366		78.694	
IRRF Terceiros (3208)	3.642		2.819	
ISSQN Substituição Tributária À Recolher	108.526		116.590	
CSSL Retenção Lei 10833/03 (5987) – 1%	4.171		3.846	
Retenção Lei 10.833/03 (5952) - 4,65%	203.315		225.602	
PIS Retenção Lei 10833/03 (5960) – 3,00%	113		80	
PIS Retenção Lei 10833/03 (5979) – 0,65%	2.735		2.517	
Retenção Terceiros – 11%	26.002		49.746	
Lei No. 10.666 Inss Fonte S/Contribuição Ind.Coope	380.794		401.120	
Total	3.968.803	-	4.998.300	-

NOTA 16 - DÉBITOS DIVERSOS

a) PROVISÕES

Refere-se a provisões calculadas conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	2021	2020
Salários e Rescisões a pagar	1.119.490	965.006
Provisão Para Férias	2.797.687	2.456.402
Provisão Para Encargos Sociais S/ Férias	1.017.203	897.613
Total	4.934.380	4.319.021

b) DÉBITOS DIVERSOS

Saldos correspondentes aos “Débitos Diversos” compõem-se de:

Descrição	2021	2020
Fornecedores de Medicamento e Serviços	10.615.442	9.336.007
Depósitos de Beneficiários e de Terceiros	1.575.184	1.097.604
Outros	15.894	9.060
Total	12.206.520	10.442.671

NOTA 17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Cooperativa possui contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, representadas por ações judiciais em curso e por valores relativos a períodos fiscalizados.

O passivo contingente autuado decorrente de litígios fiscais é oriundo principalmente de questões relativas ao INSS, PIS e COFINS (Federal).

O passivo contingente decorrente de litígios cíveis é oriundo de questões envolvendo responsabilidade civil, cobertura contratual, indenizações e fidelidade societária.



O passivo contingente trabalhista refere-se a ações envolvendo equiparação salarial, reintegrações, horas extras e outros.

O montante das contingências em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as estimativas dos assessores jurídicos, está a seguir resumido:

Probabilidade de Perda	2021			2020	
	Cível	Trabalhista	Tributária	Total	Total
Perda Provável	1.376.977	-	962.580	2.339.557	1.424.301
Perda Possível	2.130.613	377.769	8.305.260	10.813.642	23.303.472
Total Geral	3.507.590	377.769	9.267.840	13.153.199	24.727.773

A Administração com base na análise individual das contingências, mantém em 31 de dezembro de 2021 provisões registradas no Passivo não Circulante relativas às contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista classificadas como perda Provável em montante de R\$ 2.339.557 (R\$ 1.424.301 em 2020) e perda Possível em montante de R\$ 10.813.642 (R\$ 23.303.472 em 2020) totalizando R\$ 13.153.199 (R\$ 24.727.773 em 31 de dezembro de 2020), as quais, no momento e conforme opinião da Assessoria Jurídica da Cooperativa são suficientes para fazer frente às contingências das ações em curso. Parte da contingência avaliada refere-se ao PIS sobre o ato auxiliar e principal e estão amparados por depósitos judiciais de igual valor.

Para as contingências consideradas com risco remoto não foram constituídas provisões.

NOTA 18 - CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado está representado pela participação de 771 cooperados (783 em 2020), totalizando o montante de R\$ 25.633.494 (R\$ 24.503.007 em 2020), dividido em quotas-partes.

A quota-parte é indivisível, intransferível a não associados, não podendo ser negociada em momento algum, nem dada em garantia, tendo sua subscrição, realização, transferência e restituição escriturada no livro de matrícula.

NOTA 19 – NATUREZA E FINALIDADE DAS RESERVAS E FUNDOS

a) Reserva Legal – A Reserva Legal é indivisível entre os cooperados, sendo constituída com o mínimo de 10% das sobras do exercício, além de eventuais destinações a critério da AGO e destina-se à cobertura de perdas decorrentes de Atos Cooperativos e Não Cooperativos.

b) Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES) - Esta Reserva também é indivisível entre os cooperados, sendo constituída por 5% das sobras líquidas do exercício e pelo resultado do Ato Não Cooperativo e destina-se à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, seus dependentes e dos funcionários da Entidade, regendo-se pelas normas do seu regulamento interno.

c) Fundo para Margem de Solvência - Tem por finalidade incrementar a situação Patrimonial e, conseqüentemente, melhorar a Margem de Solvência da Cooperativa, tal como exigida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. O referido fundo foi constituído inicialmente em 22/11/2017 com bases em reversões de provisões bem como de destinações de decisões assembleares. O saldo deste Fundo na data de 31 dezembro de 2021 é de R\$ 61.268.754.

d) Fundo para Evento de Alto Custo - Tem na sua essência a preservação da Cooperativa, não reunindo qualquer obrigação passiva, tem por finalidade incrementar a situação patrimonial e contingenciar recursos, visando a sustentabilidade econômico financeira da Cooperativa em



razão das demandas de alto custo. O referido fundo e respectivo Regulamento foram aprovados em AGE no dia 30/11/2021.

NOTA 20 – DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO E ADMINISTRATIVAS

Conforme a RN 418 de 26 de dezembro de 2016 alterada pela RN 435 de 18 de dezembro de 2018, da Agência Nacional de Saúde que instituiu novo plano de contas padrão, estão contempladas nas despesas de comercialização somente as comissões sobre venda dos planos e agenciamentos.

Nas despesas administrativas, estão contidas todas as despesas administrativas operacionais e remuneração de dirigentes.

NOTA 21 – DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS - RESULTADO

A apuração do resultado dos atos cooperativos - principal (operações exclusivamente com associados do sistema Unimed) e não cooperativos - auxiliar (operações com meios credenciados para a execução dos serviços auxiliares ao trabalho médico cooperado), visa atender o artigo nº 87 da Lei nº 5.764/71 e legislação tributária, onde os resultados dos Atos Não Cooperativos serão levados para a conta do RATES, permitindo ainda a apuração da Contribuição Social e Imposto de Renda.

O cálculo da proporcionalidade dos Atos, Cooperativo Principal e Auxiliares, foi definido tomando-se como base os valores registrados a estes títulos, em relação à receita bruta, deduzidos os cancelamentos, representando 68,66% e 31,34% respectivamente (71,22% e 28,78% em 2020).

Os custos dos Atos Cooperativos estão demonstrados de acordo com a definição de Ato Cooperativo Principal e Ato Cooperativo Auxiliar.

Para efeito de determinação do resultado tributável, com vistas a atender à legislação fiscal, as despesas e receitas operacionais indiretas foram rateadas na mesma proporção das receitas dos Atos Cooperativos Principais e Auxiliares, sendo ajustado no LALUR às despesas dedutíveis e as receitas de aplicações financeiras, tributadas em 100% do resultado, conforme determina a legislação fiscal.

DESCRIÇÃO	2021	2020
Resultado Líquido do Exercício	8.953.515	17.330.840
Reversão do Fates aplicado	-	-
Resultado ajustado - base das destinações	8.953.515	17.330.840
Destinações Estatutárias	1.343.027	8.536.436
- FATES - resultado dos ACA	-	6.984.482
- Fundo de Reserva Legal - 10%	895.351	1.034.636
- FATES - 5%	447.676	517.318
RESULTADO À DISPOSIÇÃO DA AGO	7.610.488	8.794.404

NOTA 22 – PROVISÕES TÉCNICAS, ATIVOS GARANTIDORES E MARGEM DE SOLVÊNCIA

A – Provisões Técnicas:

As Provisões Técnicas têm fundamentos atuariais e visam assegurar à Operadora de Planos de Saúde - OPS o devido registro dos compromissos futuros existentes na data de



fechamento dos demonstrativos do exercício social. Estes compromissos decorrem de dois (2) tipos básicos: a) de Riscos; e b) de Eventos. Estas provisões estão reguladas pela RN nº 393/2015 e suas atualizações.

A análise e respectivos cálculos foram conduzidos de acordo com as boas práticas atuariais, por meio de revisão, análise e testes de consistências, bem como com observância à regulamentação vigente, determinada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

As provisões de Eventos têm um maior rigor, inclusive segundo o perfil e porte da Operadora, cujas especificações são:

1 - A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA tem como objetivo calcular a estimativa do montante de eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à operadora.

A PEONA foi calculada atuarialmente, por metodologia própria constante em Nota Técnica Atuarial da Provisão. O valor líquido da PEONA na data-base de 31/12/2021 é de R\$ 15.076.600,79.

2 - A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados do SUS – PEONA SUS, é a estimativa do montante de eventos/sinistros originados por atendimentos a beneficiários da OPS, que utilizaram a rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), ocorridos e que não tenham sido avisados à OPS. Está regulamentada pela RN nº 393/2015 da ANS e suas alterações.

Devido à operadora não possuir metodologia atuarial, foi observado para o cálculo da PEONA SUS, o disposto no Anexo VIII da referida norma. O valor disponibilizado pela ANS para a data base de 31/12/2021 é de R\$ 360.166,66.

3 - A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar - PESL: corresponde aos eventos indenizáveis líquidos já ocorridos e avisados, mas ainda não pagos aos prestadores. É facultativo, para esta Provisão, a vinculação dos ativos garantidores para a parcela referente aos eventos/sinistros que tenham sido avisados nos últimos 60 (sessenta) dias, por ser uma Operadora de Médio Porte. O valor total da provisão é de R\$ 16.914.343,12, sendo deste montante, R\$ 1.305.141,27 relativo às contas com mais de 60 dias decorridos desde a data do respectivo aviso.

4- Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG): A provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG), regulamentada pela RN nº 393/2015 da ANS, compreende a apropriação das contraprestações em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário — pro rata die — do período de cobertura futura individual de cada contrato, posterior ao mês de registro. O cálculo da PPCNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativo ao período de cobertura do risco. O valor líquido da PPCNG na data-base de 31/12/2021 é de R\$ 986.092,72.

5 - Provisão de Remissão: A Operadora não assume a responsabilidade pela cobertura dos riscos dos beneficiários remidos, não sendo necessária a constituição da Provisão de Remissão.

6 - Provisão de Insuficiência de Contraprestações – PIC: Calculada para fazer frente à eventual oscilação desfavorável nos riscos assumidos pela Operadora na operação de seus planos. Por não possuir metodologia atuarial própria, utiliza como referência para a determinação do montante a ser provisionado, o fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC), constante do Anexo VII da RN 393/2015. Em 31/12/2021 o valor calculado para o FIC foi 0 (zero) ou seja, não foi necessária a constituição da Provisão.

B - Ativos Garantidores.

Os Ativos Garantidores são disponibilidades, títulos, valores mobiliários e/ou imóveis registrados no ativo (balanço patrimonial) da Operadora, com o objetivo de lastrear o total das provisões técnicas, ou seja, todas as Operadoras deverão ter ativos garantidores para lastrear as provisões técnicas exigidas.



Nos termos da RN nº 392/2015 e suas atualizações da ANS, a Operadora constituiu garantias financeiras em aplicações garantidoras no montante de R\$ 32.562.020,88 na data do encerramento do balanço, sendo R\$ 32.562.020,88 classificado como Ativo Garantidor Vinculado.

Conforme os critérios de cálculo de lastro e de vínculo previstos no Art. 2º e Art. 3º da RN 392/2015 e suas alterações, a Necessidade de Lastro e a Necessidade de Vínculo em 31/12/2021 são, respectivamente, R\$ 31.070.630,61 e R\$ 19.927.797,36, o que significa um Índice de Suficiência de Lastro de 104,80% e Índice de Suficiência de Vínculo de 163,40%. Constata-se que a Operadora tem ativos garantidores suficientes para lastrear todas as provisões técnicas exigidas, conforme acima elencadas.

C – Capital Regulatório:

O Capital Regulatório consiste no patrimônio necessário para fazer frente às oscilações nas obrigações dos negócios assumidos e retidos. Ele corresponde ao limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital, regulamentadas na RN nº 451/2020 e suas alterações. Devido à Adoção Antecipada de Modelo Padrão de Capital Baseado em Riscos, o capital regulatório considerou o maior valor entre: I – o capital base; II – a Margem de Solvência; ou III – o capital baseado em riscos. Também foi considerado o percentual fixo de 75% da margem de solvência, apurada conforme Seção II do Capítulo II. Considerando os parâmetros supracitados, o Capital Regulatório em 31/12/2021 perfaz o montante de R\$ 55.424.779,18. Por sua vez, o Patrimônio Líquido Ajustado encontra-se no patamar de R\$ 115.581.509,40, correspondendo a 208,50% do necessário e estando suficiente, em relação ao exigido.

D – Teste de Adequação de Passivos:

A RN nº 435/2018, revogada pela RN472/2021, trata sobre o Teste de Adequação de Passivos (TAP), versando que, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2020, as operadoras de Grande Porte deverão informar em notas explicativas a realização do cálculo, de acordo com as regras e parâmetros definidos na referida norma. Portanto, por se tratar de Operadora de Médio Porte, não há necessidade de cálculo do TAP. Diante do exposto, constata-se que a UNIMED SANTA MARIA - SOC. COOP. DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. atende aos requisitos técnicos e normativos relativos ao seu equilíbrio atuarial, o que indica a capacidade de honrar seus compromissos atuais e futuros.

NOTA 23 – COBERTURA DE SEGUROS

A cooperativa segue a política de manter seguros sobre seus ativos operacionais seguindo a política elaborada por especialistas da área. As coberturas estão a seguir demonstradas:

Objetos	Ramo	Coberturas
Prédios, estoques, máquinas,	Incêndio, raio, explosão,	85.370.000
Equipamentos de informática,	danos elétricos, vendaval e outros	
Móveis e utensílios		
Veículos	Casco (frota total)	Tabela Referência

NOTA 24 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 a Cooperativa não tinha qualquer contrato de troca de índices (*swaps*) ou que envolvessem operações com derivativos. Os instrumentos financeiros representados pelas disponibilidades, títulos e valores mobiliários, contas a receber e a pagar estão registrados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, deduzidos de eventuais provisões para perdas, os quais se aproximam dos valores de mercado.



NOTA 25 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações financeiras (04/02/2022), que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas compreendem a Diretoria Executiva e Conselheiros de Administração, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto Social da Operadora. Os diretores são os representantes legais, responsáveis, principalmente, pela sua administração no aspecto operacional, já o Conselho de Administração é responsável pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais e apresentaram as seguintes movimentações no decorrer do exercício de 2021:

Produção Médica (diretores e Conselheiros)	R\$ 3.223.354,70
Remuneração da Diretoria	R\$ 1.912.581,50
Cédula de Presença	R\$ 228.545,00
Cota Capital Diretoria e CA	R\$ 1.081.413,27

NOTA 27- EVENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES – INFORMAÇÃO REGULAMENTADA PELA ANS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas – DIOPS está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido, conforme quadros abaixo.

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Individuais/Familiares pós Lei

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	11.563.656,02	630.756,68	124.199,06	8.751.124,67	477.645,83	67,99	21.547.450,25
Rede Contratada	1.823.779,70	3.813.747,90	358.291,26	13.291.013,15	32.199,65	1.588.663,28	20.907.694,94
Reembolso	(301.030,04)	(1.619.789,41)	(139.632,67)	-	(2.209,01)	(1.002.130,10)	(3.064.791,23)
Intercâmbio Eventual	1.172.393,49	-	-	-	-	-	1.172.393,49
Outras formas pagto.	-	-	-	-	-	-	-
Atend.Coresponsabilidade	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	14.258.799,17	2.824.715,17	342.857,65	22.042.137,82	507.636,47	586.601,17	40.562.747,45

Santa Maria, 31 de dezembro de 2021.

ERNANI CLOVIS
BULOW:41117026
000

Dr. Ernani Clóvis Bulow
Presidente – CPF 411.170.260/00

Denís Peixoto
Nunes

Denís Peixoto Nunes
Atuário – MIBA 1342

ELIANA APARECIDA
VEDUIM
RIGHI:59062649068

Eliana A. Veduim Righi
Contador - CRC/RS 55.470
CPF. 590.626.490-68